

## Questão 01 Peça

Itens avaliados	Valor
Indicação da correta medida a ser apresentada pelo candidato na condição de Delegado: decisão/despacho de conclusão de auto de prisão em flagrante com representação pela conversão da prisão em flagrante de Luiz em preventiva	De 0,00 à 5,00
Flagrante válido e regular, configurando a situação do Art. 302, IV, do CPP, tendo em vista que Luiz foi preso, logo após a prática delitiva, ainda na posse do produto do crime e de alguns instrumentos	De 0,00 à 3,00
Indiciamento de Luiz pelos crimes de roubos majorados pelo emprego de arma de fogo e concurso de agentes, por duas vezes, em concurso formal, pelo crime de extorsão qualificada pela restrição da liberdade da vítima e pelo delito de resistência qualificada, os dois últimos em concurso material com os roubos (Arts. 157, §2º, II, c/c §2ºA, inciso I, por duas vezes, n/f do Art. 70, CP; 158, §3º, e 329, §1º, do CP, em concurso material)	De 0,00 à 2,00
Foram praticados dois crimes autônomos de roubo, em concurso formal, considerando que dois patrimônios distintos foram atingidos, presente, em tese, o elemento subjetivo	De 0,00 à 3,00
Deveria ser imputada a causa de aumento do Art. 157, §2º, inciso II, do CP, considerando que dois seriam os agentes que agiram em comunhão de ações e desígnios, ainda que Paulo não tenha sido preso em flagrante	De 0,00 à 2,00
Deveria ser imputada a causa de aumento do emprego de arma de fogo, mesmo que não apreendida, pois narrada pelas vítimas e o potencial lesivo restou atestado pelos disparos que foram efetuados contra a viatura policial	De 0,00 à 3,00
Foi praticado um crime de extorsão qualificada pela restrição da liberdade da vítima (Art. 158, §3º, CP), considerando que a restrição ocorreu por tempo significativo e que essa condição era indispensável para obtenção da vantagem, já que Julia precisava ir ao caixa do banco para fornecer sua senha e realizar o saque de valores. Poderia o candidato debater a aplicabilidade da causa de aumento do Art. 158, §1º, do CP sobre a pena prevista para o Art. 158, §3º, do CP	De 0,00 à 5,00
Foi praticado um crime de resistência qualificada, considerando que houve emprego de, ao menos, grave ameaça à pessoa, em busca de evitar o flagrante, não havendo que se falar, diante da narrativa de que os disparos foram efetuados na direção dos pneus da viatura, em tentativa de homicídio qualificada. Deveria ser imputada a qualificadora do parágrafo 1º do Art. 329 do CP, já que Paulo teria conseguido fugir.	De 0,00 à 3,00
Os crimes de roubo, extorsão e resistência foram praticados em concurso material, não havendo que se falar em continuidade delitiva nem mesmo entre roubo e extorsão, considerando que não são da mesma espécie	De 0,00 à 1,00
Necessário afastar a imputação do crime de receptação, apesar de o carro conduzido por Luiz ser produto de crime, já que ele foi reconhecido como autor do crime pretérito	De 0,00 à 1,00
Formalidades legais: determinar nota de culpa, indiciamento, comunicação ao Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública, caso não tenha advogado, juntada de cópia do procedimento ao RO 01234/21, realização de exame de corpo de delito, encaminhamento para audiência de custódia, continuação das investigações para identificação do coautor, dentre outros	De 0,00 à 5,00
Deveria a autoridade policial apresentar representação pela conversão da prisão em flagrante de Luiz em preventiva, preenchidos os requisitos e pressupostos dos Arts. 312 e 313 do CPP, considerando risco para ordem pública a partir da gravidade em concreto da hipótese e o risco de reiteração delitiva, diante da existência de diversas condenações pretéritas por delitos da mesma natureza. As cautelares alternativas seriam insuficientes.	De 0,00 à 6,00
Abordagem geral: Desenvolvimento, correção da linguagem, fluência e coerência da exposição.	De 0,00 à 1,00
<b>Nota máxima da Questão 01</b>	<b>40</b>

## Questão 02

Itens avaliados	Valor
1. O conceito de casa abrange os locais em que a pessoa humana desenvolva suas atividades, com restrição de acesso a terceiros, sendo extensivo aos escritórios profissionais.	De 0,00 à 6,00
2. Para que o ingresso, nas condições indicadas, seja lícito, não basta que, em momento posterior, seja identificada a situação de flagrante delito. É necessário que a motivação do ingresso tenha decorrido de fundadas razões, justificadas a posteriori.	De 0,00 à 6,00
3. A conduta do delegado foi incorreta.	De 0,00 à 2,00
4. Abordagem geral: Desenvolvimento, correção da linguagem, fluência e coerência da exposição.	De 0,00 à 1,00
<b>Nota máxima da Questão 02</b>	<b>15</b>

### Questão 03

Itens avaliados	Itens = 5
1. A Constituição da República de 1988 prevê o direito de greve, inclusive aos servidores públicos.	De 0,00 à 3,00
2. A mesma Constituição dispõe que a segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida pela polícia civil para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio.	De 0,00 à 1,00
3. Diante da aparente colisão de direitos, pelo princípio da proporcionalidade, deve haver a prevalência do interesse público e social na manutenção da segurança interna, da ordem pública e da paz social sobre o interesse individual de determinada categoria de servidores públicos. Assim, para o STF, o direito de greve é vedado, sob qualquer forma ou modalidade, aos policiais civis e a todos os servidores públicos que atuam diretamente na área de segurança pública.	De 0,00 à 5,00
4. O Supremo Tribunal Federal decidiu, com repercussão geral, que é obrigatória a participação do poder público em mediação instaurada pelos órgãos classistas das carreiras de segurança pública, nos termos do art. 165, do Código de Processo Civil, para vocalização dos interesses da categoria, para fomentar a solução consensual de conflitos.	De 0,00 à 5,00
5. Abordagem geral: Desenvolvimento, correção da linguagem, fluência e coerência da exposição.	De 0,00 à 1,00
<b>Nota máxima da Questão 03</b>	<b>15</b>

## Questão 04

Questão 04	
Itens avaliados	Itens = 8
A1. Diante da ameaça realizada com emprego de faca, foi praticado o crime do Art. 147 do CP	De 0,00 à 2,00
A2. Ao se aproximar da vítima apesar da existência de medida protetiva que impedia tal conduta, tendo sido João intimado da mesma, foi praticado o crime de descumprimento de medida protetiva de urgência, conduta prevista no Art. 24-A da Lei 11.340/06	De 0,00 à 2,00
A3. Os delitos foram praticados na forma da Lei 11.340/06, tendo em vista que, apesar do fim do relacionamento, as partes mantiveram relação íntima de afeto e que a condição de mulher foi relevante para a prática delitiva	De 0,00 à 1,00
B1. Não poderia a autoridade policial arbitrar fiança, ainda que as penas sejam inferiores a 04 anos, considerando que existe vedação legal em relação ao crime de descumprimento de medida protetiva de urgência, conforme Art. 24-A, §2º, da Lei 11.340/06	De 0,00 à 3,00
B2. Discorrer sobre cabimento e adequação da prisão, enfrentando as previsões trazidas pelo Art. 313, inciso III, do CPP e do Art. 12-C, §2º, da Lei 11.340/06, que traz tratamento próprio para os flagrantes ocorridos no contexto da violência doméstica contra mulher, pois, a princípio, a medida seria necessária para assegurar cumprimento das medidas protetivas de urgência antes fixadas e descumpridas	De 0,00 à 2,00
C1. A retratação poderia ocorrer em relação ao crime de ameaça, que é de ação penal pública condicionada à representação, nos termos do Art. 16 da Lei 11.340/06, mas não no crime do descumprimento de medida protetiva de urgência, por ser de ação pública incondicionada	De 0,00 à 2,00
C2. Para produzir efeitos em relação ao crime de ameaça, a retratação teria que ser em audiência especialmente designada, na presença do juiz, ouvido o Ministério Público, antes do recebimento da denúncia	De 0,00 à 2,00
Último item. Abordagem geral: Desenvolvimento, correção da linguagem, fluência e coerência da exposição.	De 0,00 à 1,00
<b>Nota máxima da Questão 04</b>	<b>15</b>

## Questão 05

Itens avaliados	Itens = 3
1. O foro por prerrogativa de função do prefeito municipal, perante o Tribunal de Justiça, exige que o crime seja praticado no exercício e em razão da função, o que não é o caso.	De 0,00 à 7,00
2. A competência do Tribunal do Júri não prevalece em relação ao foro por prerrogativa de função previsto na Constituição da República de 1988. Como os requisitos exigidos não foram preenchidos, o Tribunal do Júri será competente para julgar o crime praticado pelo prefeito municipal.	De 0,00 à 7,00
3. Abordagem geral: Desenvolvimento, correção da linguagem, fluência e coerência da exposição.	De 0,00 à 1,00
<b>Nota máxima da Questão 05</b>	<b>15</b>